

PODEREMOS FALAR DE RESILIÊNCIA ONTOLÓGICA? DO RELATÓRIO BRUNDTLAND À RETÓRICA DA SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE CONCEPTUAL E SISTÉMICA NO CONTEXTO DA CRISE CLIMÁTICA

JOSÉ CARLOS AMARO

josecarlosamaro@gmail.com

Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa, em 2020, tendo obtido o grau de mestre pela mesma instituição em maio de 2023. Efetuou um estágio curricular entre 2021 e 2022 na Direção Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), participando como técnico de relações internacionais nos programas afetos à Direção de Serviços de Cooperação no Domínio da Defesa (DCD). Colaborou como assistente editorial na publicação do Anuário Janus 2022, O país que somos, o(s) Mundo(s) que temos, do OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores da UAL (Portugal).

Resumo

O artigo analisa sob uma perspetiva sistémica a dicotomia sustentabilidade/resiliência, explorando as argumentações que fundamentam a retórica em torno do desenvolvimento sustentável, procurando simultaneamente enquadrar as alternativas que melhor se poderão aplicar à gestão da problemática relação entre a sociedade e a natureza. À medida que cresce a perceção de que os atuais modelos de governação são inadequados para dar as respostas necessárias para se fazer face aos desafios globais, a transposição do conceito de resiliência para o domínio da ontologia social, poderá contribuir para a alteração do atual paradigma, reforçando o nexa da agência e das perceções, através do conceito de resiliência ontológica.

Palavras-chave

Sustentabilidade; Resiliência; Sistemas socio-ecológicos; Alterações climáticas; Resiliência ontológica

Abstract

The article analyzes the sustainability/resilience dichotomy from a systemic perspective, exploring the arguments that underlie the rhetoric around sustainable development, simultaneously seeking to frame the alternatives that can best be applied to the management of the problematic relationship between society and nature. Based on the growing perception that current governance models are inadequate to provide the necessary answers to face global challenges, the transposition of the concept of resilience to the domain of social ontology, may contribute to the paradigm shift, reinforcing the nexus of agency and perceptions, through the concept of ontological resilience.

Keywords

Sustainability. Resilience. Socio-ecological systems. Climate change. Ontological resilience

Como citar este artigo

Amaro, José Carlos (2023). Poderemos falar de resiliência ontológica? Do Relatório Brundtland à retórica da sustentabilidade: uma análise conceptual e sistémica no contexto da crise climática. *Janus.net, e-journal of international relations*, Vol14 N2, Novembro 2023-Abril 2024. Consultado [em linha] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.14.2.17>

Artigo recebido em 2 de Agosto de 2023 e aceite para publicação em 21 de Agosto de 2023





PODEREMOS FALAR DE RESILIÊNCIA ONTOLÓGICA? DO RELATÓRIO BRUNDTLAND À RETÓRICA DA SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE CONCEPTUAL E SISTÉMICA NO CONTEXTO DA CRISE CLIMÁTICA

JOSÉ CARLOS AMARO

"O tratamento do processo de todas as relações internacionais, não é pensável se não for um processo de humanização, onde nos construímos reciprocamente e tentar não nos destruímos uns aos outros, agora em grande escala..."

Luís Moita, 2019¹

Introdução

Se por um lado as questões relacionadas com as alterações climáticas apresentam-se como predicados globais, face a necessidade de se manter o aquecimento médio do planeta abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais, por outro, a ação política dos atores internacionais parece não corresponder com a urgência necessária (Ferreira, 2020: 14), resultando daí uma maior pressão sobre as sociedades, principalmente para as mais vulneráveis. Perante a ocorrência cada vez mais frequente de eventos catastróficos, e imprevisíveis, o conceito de resiliência tem vindo a crescer de importância, destacado por muitos autores como um conceito útil para se compreender, gerir e governar, sistemas complexos de pessoas e natureza (Walker *et al.*, 2006; Walker e Salt, 2012; Folke *et. al* 2010). Já as considerações em torno do conceito de sustentabilidade refletem-se nas palavras de António Guterres: *"As the world faces cascading and interlinked global crises and conflicts, the aspirations set out in the 2030 Agenda for Sustainable Development are in jeopardy"* (United Nations, 2022: 2).

A revisão da literatura sugere a existência de uma tendência de pensamento que indicia uma certa descredibilização do conceito de sustentabilidade, fruto do hiato entre a retórica e a ação, principalmente no contexto das políticas e processos direcionados à crise climática e ao desenvolvimento (Wals e Jicking, 2002: 222; Ferreira, 2020: 13;

¹ Luís Moita, "Última lição: Sobre o conceito de Relação". Ato de Jubilação na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), 11 julho 2019. Gravação em áudio disponível em <https://ualmedia.pt/podcast/luis-moita-a-ultima-licao/>.



Ruggerio, 2021: 4). Neste sentido, justifica-se aprofundar o conhecimento em torno dos conceitos de sustentabilidade e resiliência, procurando responder a duas questões aparentemente simplistas, mas essencialmente cruciais: em que medida será a sustentabilidade um elemento de retórica? Poderemos falar de resiliência ontológica? O argumento central deste artigo sugere que apesar da retórica do discurso em torno da sustentabilidade, a dicotomia sustentabilidade/resiliência reflete uma relação casualística e complexa, na qual se enfatizam os processos fundamentais para se reforçar as capacidades das comunidades em resistir aos choques de origem natural ou humana, e, eficazmente transformar as suas estruturas adaptativas, o que se poderá traduzir na redução das suas vulnerabilidades, aumentando as condições para o desenvolvimento e assegurando a sustentabilidade das futuras gerações. Parte-se do princípio, que o sucesso destas dinâmicas se encontra dependente da alteração do atual paradigma das Relações Internacionais (RI), caracterizado do ponto de vista ontológico, pela fragmentação, num sistema em que o humanismo e as relações sociedade/natureza se encontram subjugados às relações de poder, ao determinismo anárquico, e dependentes do dilema representado pela subjetividade da ação dos agentes. Isto implica um processo de transformação na perceção que o ser humano tem da sua própria essência e do mundo que o rodeia, face aos fatores de *stress*, o que nos remete para a definição de resiliência ontológica.

O objetivo desta pesquisa é contribuir para a alteração do atual paradigma, dentro de um espírito de modéstia e longe de potenciais presunções, procurando transpor o conceito de resiliência, para o campo ontológico da disciplina das RI. Para tal, começa por visitar a literatura em torno do conceito de sustentabilidade, explorando as diferentes perspetivas que fundamentam a ideia de retórica. Analisa a abrangência do conceito de resiliência, no âmbito da sua aplicação à teoria dos sistemas socio-ecológicos. Projeta o enquadramento teórico da disciplina das RI e do construtivismo no campo da ontologia social. Por fim, recorre aos conceitos de resiliência evolutiva e segurança ontológica, para fundamentar a proposta do conceito de resiliência ontológica. O método de abordagem utilizado é o dedutivo, assente numa epistemologia interpretativa com recurso a consulta bibliográfica e documental, levando em consideração a sua relevância qualitativa para a fundamentação do tema.

A sustentabilidade e a retórica

Embora o termo sustentabilidade seja de cariz abstrato, significando semanticamente a capacidade de manutenção a longo prazo, já o conceito tem sido geralmente retratado na cultura ocidental como a correlação entre as dimensões social, económica e ambiental (Herremans e Reid, 2010: 17) e, recorrentemente associado, quer no meio académico, como no científico, ao conceito de desenvolvimento sustentável (DS)². Podendo representar diferentes significados - científicos, políticos, ou mesmo simbólicos - usados indistintamente por uma mesma pessoa ou grupo, a sua base de conhecimento ou de

² O conceito de sustentabilidade é utilizado nesta pesquisa a partir do referencial de desenvolvimento sustentável (DS).



valor, é questionável, com potencialidade para reduzir o conceito de sustentabilidade para um mero instrumento de retórica. No entanto, o debate em seu torno tem o potencial, ou a força, para reunir diferentes grupos da sociedade na busca de uma linguagem comum em termos da discussão dos problemas ambientais (Wals e Jicking, 2002: 222).

O Relatório Brundtland, publicado pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento em 1987, definiu o conceito de DS como “desenvolvimento que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender as suas próprias necessidades” (WCED, 1987), tornando-se uma referência para a pesquisa científica do ambiente, adquirindo o carácter paradigmático para as matérias em torno do desenvolvimento. Foi com natural otimismo que o conceito se refletiu na realização da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento do Rio em 1992 (CNUAD), num contexto internacional marcado pelo final da Guerra-Fria, destacando-se a forte vertente do multilateralismo e de vários processos de democratização um pouco por todo o mundo. A adoção da Agenda 21³, parecia ter despertado as nações para a profilaxia do planeta, procurando reconciliar as questões em torno do desenvolvimento económico com a proteção ambiental. Cinco anos mais tarde, na Conferência de revisão realizada em Nova Iorque (Rio +5), as conclusões da CNUAD defraudavam as expectativas geradas anteriormente, apontando o fenómeno da globalização como fonte para o aumento das desigualdades, da pobreza e da degradação do meio ambiente, tanto através do aumento da emissão dos Gases de Efeito de Estufa (GEE) como também de resíduos sólidos poluentes⁴. O ponto 4 da resolução S/19-2 da Assembleia Geral das Nações Unidas sintetizava o contexto: “*We acknowledge that a number of positive results have been achieved, but we are deeply concerned that the overall trends with respect to sustainable development are worse today than they were in 1992*” (United Nations, 1997).

Em setembro de 2000, no seguimento da Declaração do Milênio, a Assembleia Geral das Nações Unidas apresentou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), no qual se estabeleceram oito compromissos globais a serem atingidos até 2015: erradicar a pobreza extrema e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade de género e empoderar as mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças; garantir sustentabilidade ambiental e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento. Apesar dos resultados positivos identificados no relatório final dos ODM⁵, poder-se-á considerar que

³ Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>. [Consultado em 22.ago.23].

⁴ Consultar Resolução Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 28 junho 1997. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/774/73/PDF/N9777473.pdf?OpenElement>. [Consultado em 22.ago.23].

⁵ Alguns dos resultados positivos apontados no relatório final dos ODM indicam: redução do número de pessoas a viver com menos 1,25 USD/dia, para 14% em 2015; redução do número de pessoas em situação de pobreza extrema de 1,9 mil milhões em 1990 para 830 milhões em 2015; diminuição da subnutrição das populações dos países em desenvolvimento de 23,3% em 1990 para 12,9 % em 2014-2016; o acesso ao ensino primário nas regiões em desenvolvimento atingiu 91% em 2015, acima dos 83 % verificados em 2000; diminuição da taxa global de mortalidade de menores de cinco anos em mais de metade, passando de 90 a 43 mortes por 1.000 nascidos vivos entre 1990 e 2015; redução do rácio de mortalidade materna em 45%; redução global das incidências de malária em cerca de 37% ; a ajuda oficial ao desenvolvimento



o alcance geral ficou aquém das expectativas. Por exemplo, em 2012 cerca de 15,5% da população mundial continuava a sofrer de fome, e a taxa de mortalidade infantil, principalmente em África, ficara aquém da meta para a redução de 2/3 até 2015; em 2012 cerca de 80% da população residente no sudoeste asiático e na África subsariana, continuava a viver sob condições de pobreza extrema; quanto à ajuda ao desenvolvimento, registou-se uma queda acentuada em 2012, a primeira vez no período de uma década (Fehling *et al.*, 2013: 1110). O Secretário-Geral das Nações Unidas em exercício na altura, Ban Ki-Moon, apesar de ter reconhecido os esforços e a significância de alguns dos resultados alcançados, relacionou a ausência de progressos mais abrangentes dos ODM, com a identificação de falhas nos compromissos previamente assumidos, na inadequação dos recursos utilizados, na falta de foco e de responsabilidade, apontando também a insuficiência do interesse no desenvolvimento sustentável por parte da maioria dos Estados Membros (United Nations, 2010, *apud* Fehling *et al.*, 2013: 1110). Para David Hulme⁶ (2010: 16), foram dois os argumentos que limitaram o alcance dos ODM: primeiramente, a ideia na base dos ODM, o desenvolvimento humano, nunca fora totalmente institucionalizada, ou seja, nunca tivera a força suficiente para uma mobilização social massiva em favor da erradicação global da pobreza, ou para constituir uma elite comunitária epistémica com a capacidade necessária para controlar a agenda política. Por outro lado, identificou lacunas na apropriação da aplicação de políticas ligadas ao desenvolvimento, que sendo operacionalizadas por Estratégias de Redução da Pobreza (ERP) a nível estatal, encontram-se sob a supervisão de entidades como Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Mundial (BM). O autor sugere que as ERP deveriam ser alvo de um processo de apropriação pelos países em vias de desenvolvimento, deixando simultaneamente em aberto a crítica: "(...) *the IMF and World Bank need to introduce internal 'Arrogance Reduction Strategies' to transform their control-oriented cultures*". A ideia de exclusividade da condução das políticas dirigidas aos ODM, fica bem patente no facto de apenas 22% dos parlamentos nacionais os terem discutido formalmente a nível mundial, o que indiciava a proeminente falta de envolvimento por parte dos países em desenvolvimento e dos respetivos círculos eleitorais da sociedade civil, nos processos constituintes (Kabeer, 2005; Waage *et al.* 2010, *apud* Fehling *et al.* 2013: 1110).

Embora a evolução e as lições aprendidas em torno dos resultados dos ODM se tenham refletido, do ponto de vista normativo, na adoção da Agenda 2030⁷ pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015 - apresentando-se até aos dias de hoje como a referência global para o desenvolvimento e também nas constituições e direitos nacionais de muitos Estados - diferentes escolas de pensamento têm identificado contradições conceptuais em torno do DS, devido a insustentabilidade de processos económicos, que se encontram infinitamente alicerçados ao paradigma do crescimento, num planeta em

dos países desenvolvidos aumentou 66 % em termos reais entre 2000 e 2014, atingindo 135,2 mil milhões de dólares (United Nations, 2015).

⁶ Professor e especialista em estudos sobre o desenvolvimento da Universidade de Manchester.

⁷ No seu núcleo encontram-se 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS) e 167 linhas de atuação com vista a acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar a paz e a prosperidade. A extensão da sua abrangência incorpora diversos campos temáticos, passando pela área dos negócios, produção agrícola, indústria ou desenvolvimento urbano, tornando-se na fundação conceptual de abordagens teóricas como a economia verde ou a economia circular (Ruggerio, 2021: 1).



que os recursos são essencialmente limitados (Ruggerio, 2021: 2). A tendência verificada no progresso dos ODS tem vindo a confirmar esta constatação. Segundo o *Sustainable Development Index* – o sistema de monitorização da aplicação dos ODS – o progresso global dos ODS entre o período de 2015 e 2019 foi de apenas 0,5%, ou seja, ainda bastante longe das metas definidas para 2030, com a agravante de não se terem registado qualquer tipo de progressos durante os anos de 2021 e 2022⁸. A manchete do comunicado de imprensa do Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2023, é bastante elucidativo: “*World at Risk of Losing a Decade of Progress on the UN Sustainable Development Goals*”⁹.

A ideia de que a fundamentação epistemológica do referencial teórico do DS baseia-se no paradoxo não resolvido da sustentabilidade, no qual poderão coabitar, práticas e ideologias ambientais contraditórias (Jaraaben, 2006 :188), tem levado alguns autores a considerar as dimensões social, ambiental e económica como insuficientes para se compreender toda a extensão do conceito de DS, e que o discurso em torno do desenvolvimento e da sustentabilidade se tem revelado infrutífero (Vogt e Weber, 2019: 1-5). É disso exemplo a manchete do *The New York Times*, de 02 de novembro de 2012, “*Forget sustainability, its about resilience*”, referente ao artigo de opinião publicado por Andrew Zolli, em que afirma: “Onde a sustentabilidade visa reequilibrar o mundo, a resiliência procura formas de gerir o mundo desequilibrado” (Zolli, 2012a). Esta afirmação poder-se-ia considerar simplista, ou até mesmo especulativa, uma vez que tende a desconsiderar a importante evolução agregada ao conceito de DS até aos dias de hoje, embora possam existir alguns argumentos que a fundamentem. A retórica em torno do conceito de sustentabilidade, reside no hiato existente entre aquilo que são as intenções, os discursos e a ação dos agentes, consubstanciados em compromissos políticos comumente identificados como necessários, mas indubitavelmente caracterizados como insuficientes ou incoerentes. Por exemplo, o Acordo de Paris¹⁰ não estabeleceu metas concretas para a redução dos GEE, nem qualquer regime jurídico que penalize os incumpridores, para além de excluírem-se do acordo setores de atividade económica altamente nocivos para o ambiente, como são os da aviação civil ou o dos transportes marítimos (Ferreira, 2020: 13-16). Por outro lado, a constatação de que os atuais mecanismos de financiamento ao combate às alterações climáticas focam-se essencialmente nos processos de mitigação, e menos na adaptação - com prejuízo claro para os países em desenvolvimento - não apenas nos remete para o tema em torno da justiça climática¹¹, como também estabelece a ponte para o conceito de resiliência.

⁸ Disponível em: <https://ods.pt/>. [Consultado em 23.ago.23].

⁹ Disponível em: <https://www.sdqindex.org/news/press-release-sustainable-development-report-2023/>. [Consultado em 24.ago.23].

¹⁰ “O Acordo de Paris é um tratado internacional juridicamente vinculativo sobre alterações climáticas. Foi adotado por 196 Partes na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21) em Paris, França, em 12 de dezembro de 2015. Entrou em vigor em 4 de novembro de 2016. O seu objetivo global é manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e prosseguir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais” (UNFCCC, 2023).

¹¹ “O reconhecimento de que a crise climática perpetua sistemas económicos, sociais e políticos desiguais e que é necessário implementar respostas eficazes e coerentes com essas desigualdades constituem o objetivo da justiça climática” (Ferreira, 2020: 27).



Apesar dos países de baixo rendimento representarem apenas 6% das emissões globais de GEE, são os que mais sofrem com os impactos das alterações climáticas – principalmente os continentes africano e asiático – primeiramente pela sua posição de vulnerabilidade face as catástrofes naturais – secas, inundações, *stress* hídrico, desertificação dos solos – e também pela natureza das suas economias: se por um lado não dispõem dos mecanismos materiais e financeiros necessários para absorver e adaptar a esses choques, por outro, o facto de dependerem das colheitas agrícolas, de recursos florestais e outros recursos naturais, origina pressões de natureza social e política, levando a situações de desigualdade, aumento da pobreza, subida do preço dos alimentos, conflitos violentos e ao aumento dos fluxos migratórios, com todas as consequências humanitárias, económicas e políticas daí resultantes – por exemplo, conforme se tem vindo a constatar com os impactos da crise migratória do Mediterrâneo no seio da União Europeia.

A ideia de que o conceito de DS se encontra essencialmente alicerçado à forma do discurso retórico, tem levado alguns académicos a procurar por alternativas teóricas, que melhor permitam “compreender, gerir e governar, sistemas complexos de pessoas e natureza”¹² (Walker *et al.* 2006: 2), e neste âmbito, a teoria dos sistemas socio-ecológicos¹³ – enquadrada no campo teórico dos sistemas complexos¹⁴ – poderá estabelecer as pontes necessárias para se abordar, através de uma perspectiva sistémica, a relação entre a sociedade e a natureza.

Resiliência: do conceito à ontologia

A aplicação do conceito de resiliência aos sistemas socio-ecológicos, está na origem de uma tendência de pensamento focada no debate em como a sociedade poderá reforçar a sua capacidade de prevenir e adaptar às perturbações ambientais, concebendo a sustentabilidade como a resiliência dos sistemas socio-ecológicos¹⁵ (Ruggerio, 2021: 5). O conceito, tem vindo a ser assimilado por diferentes organizações, destacando-se no âmbito do desenvolvimento, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), que o tem aplicado à diferentes perspetivas em torno da dicotomia resiliência/desenvolvimento. Conceitos como sistemas resilientes, construção da resiliência ou resiliência institucional, têm vindo a ser trabalhados, no sentido de se

¹² No artigo original (Walker *et al.*, 2006, p.2) esta argumentação é aplicada ao conceito de resiliência.

¹³ Definidos como “sistemas ecológicos fortemente influenciados pelas atividades humanas em que se regista uma não menos forte dependência dos sistemas sociais em relação aos recursos e aos serviços providenciados pelos ecossistemas” (Farrall, 2012: 50).

¹⁴ “Sistema complexo” é definido como um grupo ou organização, composta por múltiplas partes interativas (Mitchell e Newman, 2001:1). Num sistema complexo, as redes de interação podem-se alterar e reorganizar como consequência de mudanças do estado dos elementos que a constituem. “A teoria tem como objetivo compreender as dinâmicas sistémicas resultantes dos processos de interação e eventualmente controlar e projetar propriedades sistémicas em campos como a economia, o sistema financeiro, processos sociais, cidades, clima e ecologia” (Thurner, Hanel, e Klimek, 2018: 5).

¹⁵ A *Resilience Alliance* define resiliência dos sistemas socio-ecológicos como: “a capacidade de um sistema socio-ecológico absorver ou resistir a perturbações e outros agentes de stress de tal forma que o sistema permaneça dentro do mesmo regime, essencialmente mantendo a sua estrutura e funções. Descreve o grau em que o sistema é capaz de se auto-organizar, aprender e adaptar”. Disponível em: <http://www.resalliance.org/3871.php>. [Consultado em 03.jun.23].



perceber o papel crítico que o desenvolvimento internacional poderá desempenhar em torno das interações que envolvem a construção de capacidades das comunidades, instituições, sistemas económicos, sociais e ambientais, face aos desafios globais (Amaro, 2023: 26). Neste sentido, sistema resiliente, implica a capacidade de um sistema se preparar, mitigar e prevenir, face aos impactos negativos, a fim de preservar e restaurar as suas estruturas e funções básicas essenciais, proporcionando condições ajustáveis dos seus componentes, de forma a assegurar a continuidade dessa mesmas estruturas e funções, através de um processo de transformação que está na origem do estabelecimento de um sistema essencialmente novo (OECD, 2021: 164).

Este processo de construção, incorpora do ponto de vista sistémico a combinação estratégica e integrada das capacidades absorptivas, adaptativas e transformativas, para melhor alinhar as ações de gestão de riscos, com os objetivos de desenvolvimento de longo prazo. Considerando-se a resiliência como uma propriedade sistémica, a sua conceptualização tem extravasado todo o campo científico, refletindo-se como um paradigma multidimensional, sustentado por uma dinâmica de processos interrelacionados, face à um denominador comum: as perceções em torno dos desafios representados pela interação humana e o planeta, onde se destacam os impactos das alterações climáticas, pandemias, desigualdades, fluxos migratórios, conflitos violentos, crises económicas e financeiras, entre outras.

Ontologia social e construtivismo nas RI

As ciências humanas dispõem de diversos meios para estudar a realidade social, sendo a filosofia a primeira disciplina a pesquisar os assuntos em torno da ética, política e moral, ou seja, os três maiores campos que distintamente lidam com a realidade social (Andina, 2016: 11). A ontologia como um dos ramos da filosofia, é a ciência do que é, dos tipos de estruturas dos objetos, propriedades, eventos, processos e das relações em cada área da realidade, procurando providenciar uma solução e classificação exaustiva das entidades em todas as dimensões do ser (Smith, 2012: 155). A disciplina das RI, a semelhança de outras disciplinas do campo das ciências sociais, assenta em pressupostos meta-teóricos que consistem na maneira pela qual as teorias são desenvolvidas, oferecendo diferentes e complexas perspetivas em torno dos fenómenos em estudo (Fernandes, 2011: 17-18). Em termos da terminologia filosófica, o posicionamento teórico diz respeito a suposições particulares assentes na ontologia, epistemologia e metodologia, o que pressupõe diferentes formas de se perceber a realidade: ontologicamente na forma como se percebem os diferentes domínios dos objetos, epistemologicamente na aceitação ou rejeição de reivindicações particulares do conhecimento, e metodologicamente na escolha de métodos particulares de estudo (Kurki e Wight, 2013: 14-15). Partindo das abordagens construtivistas das RI, os indivíduos ou Estados, enquanto entidades sociais, não podem ser separados do contexto dos significados normativos que moldam a sua identidade ou do vasto recurso de possibilidades proporcionadas pela sua agência, o que nos transporta para o domínio da ontologia social (Fierk, 2013: 190). Uma das tarefas da ontologia social é precisamente identificar as causas por trás do conflito entre o livre arbítrio e a responsabilidade ética



e moral do ser humano enquanto entidade isolada ou animal social (Andina, 2016: 2), e neste sentido, a complexidade do mundo e dos desafios que na atualidade se nos deparam, transportam-nos para a segunda imagem. A percepção de que todos fazemos parte de sistemas interligados de pessoas e natureza (sistemas socio-ecológicos), que são essencialmente complexos e adaptativos, remete-nos para o conceito de resiliência como a solução para a sustentabilidade destes sistemas (Walker e Salt, 2012: 10).

Poderemos falar de “resiliência ontológica”?

A conceção de um novo paradigma, no qual os cientistas percecionam o mundo como “caótico, complexo, incerto e imprevisível”, tem transportado o conceito de resiliência para o campo ontológico das teorias dos sistemas socio-ecológicos, cunhado por Davoudi *et. al* (2012: 302) como “resiliência evolutiva”. Este conceito assenta no reconhecimento de que a aparente percepção de estabilidade em nosso redor - seja na natureza ou na sociedade - poderá mudar repentinamente para se tornar algo radicalmente novo, com características que são profundamente diferentes do estado original, desafiando a matriz equilibrística advogada pelo conceito de resiliência socio-ecológica. Ambos partilham a ideia que caracteriza a resiliência como uma propriedade dinâmica, capaz de traduzir a evolução, transformação, aprendizagem e interação entre o mundo natural e social (Amaro, 2023: 24; Davoudi, 2012: 301-303; Walker *et al.* 2006). Neste sentido, poder-se-á considerar a resiliência como uma propriedade inata à condição humana? Para responder a esta questão teremos de sair do nível sistémico, e visitar a definição da *American Psychological Association*¹⁶ (2012), que identifica resiliência como o processo de adaptação perante adversidades, traumas, tragédias, ameaças e outras fontes significativas de *stress*, podendo também envolver um crescimento pessoal profundo. Uma vez, que os processos implicam interação social (Adler, 1999: 206), teremos de descartar a hipótese. Dedutivamente, poderemos considerar que quanto maior for a capacidade de resiliência, maiores as chances de adaptação perante fatores de *stress*, o que também implica o aumento das probabilidades de sobrevivência. Neste sentido, “o crescimento pessoal profundo” subentende uma evolução da condição básica de sobrevivência, para a percepção ontológica do ser em relação ao mundo que o rodeia, aplicando-se o mesmo para níveis de organização mais complexos.

Poderemos então falar de resiliência ontológica? Não se trata de uma constatação vaga, uma vez que já existem estudos desenvolvidos no campo teórico das RI, que nos poderão ajudar a fundamentar esta proposta. Uma dessas referências reside no conceito de segurança ontológica, definido originalmente por Laing (1969) e Giddens (1991) como “a necessidade do individuo se experimentar a si mesmo como uma entidade completa e contínua no tempo, a fim de percecionar algum senso de agência” (Mitzen, 2006: 342). O conceito foi posteriormente desenvolvido por Jennifer Mitzen (2006), argumentando que tal como os indivíduos têm a necessidade em se sentir seguros da sua identidade, face as incertezas - o papel da agência faz mais sentido num contexto de previsibilidade

¹⁶ Disponível em <https://www.apa.org/topics/resilience>. [Consultado em 02.jul.23].



– também os Estados procuram essa sensação de segurança ontológica, alimentando o dilema de potencial conflito com a segurança física. Isto implica que por vezes os Estados preferem a certeza proporcionada pelo conflito latente, em detrimento das incertezas que possam derivar da interação com os outros ou da sua própria identidade (Mitzen, 2006: 342). Da mesma forma que os indivíduos percecionam a segurança como uma necessidade, também têm vindo a percecionar a resiliência como um meio para se poder satisfazer essa necessidade, pois a própria noção de segurança é um elemento subjetivo, perante o contexto de incerteza e de imprevisibilidade que domina a atualidade. Neste sentido, e incorporando a matriz do conceito dos sistemas resilientes¹⁷, sugere-se como conceito de resiliência ontológica, a capacidade das pessoas ou instituições, em absorver, adaptar, e transformar, perante situações extremas resultantes de choques, a partir da mudança da perceção que têm do mundo e de si mesmos. Estas capacidades conferem do ponto de vista sistémico, as respostas necessárias para se fazer face às imprevisibilidades ou alterações de estado, visando a continuidade funcional dos elementos ou processos, que constituem a estrutura essencial para os seus padrões de vida (Reser e Swim, 2011: 5).

O conceito de resiliência ontológica, não apenas enfatiza o papel da agência, como também sugere uma reflexão profunda sobre a própria essência do ser, na sua relação com a natureza. A sua aplicação prática, pode ser constatada pelo crescente envolvimento de organizações da sociedade civil no estudo do conceito de resiliência. Tal como a *Resilience Alliance*¹⁸, também o *Stockholm Resilience Center*¹⁹, congrega uma rede integrada de especialistas dedicada ao estudo da resiliência, a fim de se compreender a complexa dinâmica entre as pessoas e o planeta na era do Antropoceno²⁰, em resultado da perceção que têm da realidade.

A analogia mais recorrente, para o conceito de resiliência ontológica, tem como referência o termo *resilience thinking*²¹ (Chandler, 2014: 53; Walker e Salt, 2012: 8). Alguns dos pontos chave do *resilience thinking* apontam para falhas estruturais em termos das abordagens tradicionalmente aplicadas à gestão de recursos naturais sustentáveis, criticadas por se focarem essencialmente nas condições de vantagens e expectativas em torno do crescimento económico, alimentando perturbações significativas no sistema socio-ecológico como um todo, ao optarem por otimizar alguns dos componentes do

¹⁷ Tal como referido nas páginas 6-7, “a capacidade de um sistema se preparar, mitigar e prevenir, face aos impactos negativos, a fim de preservar e restaurar as suas estruturas e funções básicas essenciais, proporcionando condições ajustáveis dos seus componentes, de forma a assegurar a continuidade dessa mesmas estruturas e funções, através de um processo de transformação que está na origem do estabelecimento de um sistema essencialmente novo” (OECD, 2021: 164).

¹⁸ “A *Resilience Alliance* foi fundada em 1999 como uma organização registada (...), porém muitos de seus membros originais já vinham desenvolvendo e testando a teoria da resiliência desde a década de 1970. A comunidade evoluiu para uma forte rede de estudiosos da resiliência e com a criação formal de uma organização em 1999, a RA iniciou um caminho de rápido crescimento no número de pessoas envolvidas, resultados e atividades relacionadas à ciência da resiliência”. Disponível em linha em: <https://www.resalliance.org/background>. [Consultado em 26.jul.23].

¹⁹ Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/>. [Consultado em 26.jul.23].

²⁰ O tempo é dividido pelos geólogos de acordo com mudanças marcantes no estado da Terra. As recentes alterações ambientais globais sugerem que a Terra poderá ter entrado em uma nova época geológica dominada pelo homem, o Antropoceno (Lewis, e Maslin, 2015: 171).

²¹ O termo é deixado na língua original por ser abrangente na literatura evitando-se desta forma redundâncias em seu torno.



sistema, isolando outros (Walker e Salt, 2012: 2). Neste sentido, poder-se-á considerar que o conceito de resiliência ontológica, enquanto analogia do *resilience thinking*, encontra-se intrinsecamente associado às questões relacionadas com a agência e governação (Flockhart, 2020: 218), apresentando-se como uma alternativa para colmatar algumas das falhas estruturais identificadas no modelo neoliberal de governação (Chandler, 2014: 97)²².

Considerações finais

A revisão da literatura sugere a conceção de um novo paradigma, no qual emerge o debate em torno da dicotomia sustentabilidade/resiliência. A perceção de que os atuais modelos de governação se caracterizam como desadequados para lidar com os desafios globais, não apenas alimenta a fundamentação em torno do conceito de resiliência ontológica, como também alerta a sociedade para a necessidade de mudança. Se a sustentabilidade é um elemento de retórica? A resposta poderá ser encontrada na forma como se revelar a agência dos atores num futuro próximo, o que implica a projecção de dois cenários: a sustentabilidade como paradigma dominante ou a prevalência do atual paradigma. Se o primeiro reflete o predicado socio-ecológico e a realização do legado humanista, o segundo alimenta a ideia de que o conceito de resiliência ontológica se encontra subordinado ao conceito de segurança ontológica, o que poderá condicionar o papel de todos aqueles que procuram por respostas para melhor gerir as questões afetas à relação entre a sociedade e a natureza.

Num momento em que experienciamos a entrada no Antropoceno, não existem garantias para além das constantes de mudança e de imprevisibilidade. Ainda mal compreendemos os significados da nossa evolução tecnológica, e da dimensão disruptiva a ela associada. A eminente cumplicidade entre as correntes de pensamento ocidental e a aplicação da teoria na política internacional, deixa pouco espaço para a autocritica, para a reflexão, um padrão que tende a construir uma realidade identitária exacerbada em termos ontológicos, na qual se perdem oportunidades para a prossecução de uma agenda que sirva os interesses da humanidade como um todo. Neste sentido, não apenas poderemos falar de resiliência ontológica, como também deveremos falar dela, promovê-la, pois não se vislumbram alternativas, senão nos campos em que a utopia e a razão superem o paradigma das relações de poder e dos interesses subjacentes. O planeta natural e social será o que a humanidade fizer da sua agência - uma analogia ao pensamento de Wendt (1992) - e a contínua materialização do segundo cenário anteriormente sugerido, não apenas poderá comprometer a sustentabilidade das gerações futuras, como também já se manifesta de forma nociva para as atuais gerações. Independentemente dos espaços físicos que ocupem, das suas culturas e identidades, do desenvolvimento das suas capacidades socioeconómicas e financeiras, ou do seu poderio político-militar, os fenómenos climatéricos em curso transcendem o imaginário de qualquer construção

²² "Where neoliberalism failed to properly work through the consequences of postmodernity for governance, resilience-thinking claims to have the solution to the apparent conundrum of governing without assumptions of Cartesian certainty or Newtonian necessity" (Chandler, 2014: 97).



social até hoje concebida, sugerindo uma mudança radical na forma como se têm percecionado e abordado os desafios globais.

Referências

- Adler, Emanuel (1999). O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova: revista de cultura e política*. Nº 47: 201-246.
- Amaro, José (2023). A língua portuguesa como vetor para a promoção e construção da resiliência em Moçambique. A atuação da cooperação portuguesa em Cabo Delgado (2011-2021) (Master's thesis). Lisboa: Repositório UAL. [online] Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/6391>. Consultado em 12.jun.23.
- Andina, Tiziana (2016). *An ontology for social reality*. London: Springer.
- Chandler, David (2014). Beyond neoliberalism: resilience, the new art of governing complexity. *Resilience*, 2(1), 47-63.
- Davoudi, Simin, *et al.* (2012). Resilience: a bridging concept or a dead end? "Reframing" resilience: challenges for planning theory and practice interacting traps: resilience assessment of a pasture management system in Northern Afghanistan urban resilience: what does it mean in planning practice? Resilience as a useful concept for climate change adaptation? The politics of resilience for planning: a cautionary note. *Planning theory & practice*, 13(2), 299-333.
- Farrall, Helena (2012) O conceito de Resiliência no contexto dos sistemas socio-ecológicos. *Ecologia*. Vol.6 (2012), p.50-62. ISSN: 1647-2829.
- Fehling, Maya; Brett D. Nelson; Sridhar Venkatapuram (2013). "Limitations of the Millennium Development Goals: a literature review." *Global public health* 8.10: 1109-1122.
- Fernandes, José Pedro Teixeira. (2009). *Teorias das Relações Internacionais: da abordagem clássica ao debate pós-positivista*. Coimbra: Almedina.
- Ferreira, Patrícia (2020), *Desenvolvimento e Alterações Climáticas: impactos e (in)sustentabilidade*. Lisboa: FEC - Fundação Fé e Cooperação.
- Fierke, Karin (2013), "Constructivism", in Dunne, Tim; Rurki, Milja; Smith, Steve (2013), *International Relations Theories - Discipline and Diversity*. Third Edition. Oxford University Press. USA. ISBN 978-0-19-969601-7.
- Folke, Carl, *et. al* (2010). Resilience thinking: integrating resilience, adaptability and transformability. *Ecology and society*, 15(4).
- Frantzius, Ina Von (2004) World Summit on Sustainable Development Johannesburg 2002: A Critical Analysis and Assessment of the Outcomes, *Environmental Politics*, 13:2, 467-473, DOI: 10.1080/09644010410001689214.
- Herremans, Irene; Reid, Robin (2002). Developing awareness of the sustainability concept. *The Journal of Environmental Education*, 34(1), 16-20.



- Hulme, David (2010). "Lessons from the making of the MDGS: human development meets results-based management in an unfair world." *IDS bulletin* 41.1: 15-25.
- Jabareen, Yossef (2008). A new conceptual framework for sustainable development. *Environment, Development and sustainability*, 10, 179-192.
- Kurki, Milja; Wight, Colin (2013), "International Relations and Social Science", in Dunne, Tim; Kurki, Milja; Smith, Steve (2013), *International Relations Theories - Discipline and Diversity*. Third Edition. Oxford University Press. USA. ISBN 978-0-19-969601-7.
- Lewis, Simon e Maslin, Mark (2015). Defining the anthropocene. *Nature*, 519 (7542), 171-180.
- Mitchell, Melanie; Newman, Mark (2002). Complex systems theory and evolution. *Encyclopedia of evolution*, 1, 1-5.
- Mitzen, Jennifer (2006). Ontological security in world politics: State identity and the security dilemma. *European journal of international relations*, 12(3), 341-370.
- Organization For Economic Cooperation & Development. (2021) *Development Co-Operation Report 2020 - Learning From Crisis, Building Resilience*. OECD.
- Reser, Joseph; Swim, Janet (2011). Adapting to and coping with the threat and impacts of climate change. *American Psychologist*, 66(4), 277.
- Ruggerio, Carlos (2021). Sustainability and sustainable development: A review of principles and definitions. *Science of the Total Environment*, 786, 147481.
- Smith, Barry (2012). *Ontology*. Hurtado, Guillermo; Nudler, Oster. The furniture of the world. Leiden: Brill. (pp. 47-68).
- Thurner, Stephen; Hanel, Rudolph; Klimek, Peter (2018). *Introduction to the theory of complex systems*. Oxford: Oxford University Press.
- Tomé, Luis; Pinto, Luís; Brito, Brígida (2023). "Abertura." Em torno do Pensamento de Luís Moita: Humanismo e Relações Internacionais. Lisboa: OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa, 11-14.
- United Nations (2022). Department of Economic and Social Affairs. *The Sustainable Development Goals: Report 2022*. New York: United Nations Publications.
- United Nations (2015). *The Millennium Development Goals Report 2015*. New York, New York: United Nations Publications..
- United Nations (1997). Resolution Adopted by General Assembly A/RES/S-19/2, 19 September 1997. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/774/73/PDF/N9777473.pdf?OpenElement>. [Consultado em 22.ago.23].
- UNFCCC (2023). *The Paris Agreement*. What is the Paris Agreement? United Nations Framework Convention on Climate Change [Online]. Disponível em: <https://unfccc.int>. [Consultado em 24.ago.23].



Vogt, Markus; Weber, Christoph. (2019). Current challenges to the concept of sustainability. *Global Sustainability*, 2, e4.

Walker, Brian; Salt, David (2012). *Resilience thinking: sustaining ecosystems and people in a changing world*. Washington: Island press.

Walker, Brian *et al.* (2006). A handful of heuristics and some propositions for understanding resilience in social-ecological systems. *Ecology and society*, 11(1).

Wals, Arjen; Jickling, Bob (2002). "Sustainability" in higher education: From doublethink and newspeak to critical thinking and meaningful learning. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 3(3), 221-232.

WCED. (1987). *Our common future. The Brundtland Report*, world commission for environment and development. Oxford: Oxford University Press.

Wendt, Alexander (1992). Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International organization*, 46(2), 391-425.

Zolli, Andrew (2012a). Learning to bounce back. *New York Times*, [online]. [19.jun.23]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/11/03/opinion/forget-sustainability-its-about-resilience.html>.